

Audiência pública contra o projeto de lei da Escola sem Partido, acontece na Comissão de Direitos Humanos da ALMG.

Nesta sexta-feira, 10 de novembro de 2017, também é dia de lutar contra o projeto de lei da Escola sem Partido, a chamada lei da mordça...

Download do arquivo

Nesta sexta-feira, 10 de novembro de 2017, também é dia de lutar contra o projeto de lei da Escola sem Partido, a chamada lei da mordça. A audiência pública acontece na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e conta com a presença da coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Beatriz Cerqueira e de vários profissionais da educação de várias regiões do Estado.

Ao fazer uso da fala, Beatriz Cerqueira destacou: “O problema da escola é um problema de classe e se não lutarmos juntos por essa escola, eles vão disputar esse espaço e correremos o risco de termos uma sociedade intolerante e que não respeite a diversidade”, ressaltou.

Essa audiência pública foi realizada a requerimento do deputado Rogério Correia por solicitação do Sind-UTE/MG e presidida pelo deputado Geraldo Pimenta. “A escola é onde as coisas acontecem, onde as pessoas crescem. Agora querem amordaçar nossos professores e os estudantes também. Não queremos que todos pensem da mesma forma, mas que tenham pensamento crítico”, ressaltou.

Wladimir Coelho, representante da Secretaria Estadual de Educação, falou dos interesses econômicos se sobrepondo aos interesses sociais e da educação, impedindo o crescimento do país e, conseqüentemente, contra o povo brasileiro. “Combate e resistência a esses projetos que inclusive, censuram a liberdade de expressão e oferecem prejuízos à educação”.

A militante do Levante Popular da Juventude, Ana Júlia, estudante de Direito da UFMG, criticou o projeto da Escola Sem Partido e disse que ele não se justifica se não tiver em pauta uma proposta de desarticular a organização da educação e da escola. “Eles querem criminalizar, inclusive, a luta dos estudantes e de quem constrói a escola. Essa é uma teia bem articulada que visa precarizar a vida da sociedade brasileira”, alertou.



